

# JORNAL AD UNICAMP

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp - Campinas, São Paulo - Ano XVII - Maio 2001

## CAMPANHA SALARIAL 2001

### Hora de lutar por novas conquistas

#### Editorial

**A** campanha salarial de 2000 foi memorável. As vitórias conquistadas assumiram um vulto maior dadas as grandes dificuldades superadas pelo movimento. Tanto a reposição das perdas salariais, que foi significativa, quanto a discussão aprofundada dos sentidos da universidade pública foram de fundamental importância.

É preciso lembrar que, fruto dos acertos do Ministro Paulo Renato com o Banco Mundial, está em curso uma política de privatização disfarçada das universidades públicas brasileiras, conduzida pelo Ministério da Educação. Ao mesmo tempo em que os recursos públicos são restringidos, o governo federal força as universidades a buscar recursos para manter seu custeio, e até mesmo para minimizar o violento arrocho salarial que lhe é imposto, no setor privado através de projetos e da prestação de serviços.

Em recente seminário no IFCH, os professores Octávio Ianni e Arley Moreno denunciaram o projeto de transformar as universidades em empresas e o abandono dos nossos paradigmas acadêmicos de desenvolvimento do conhecimento, da cultura e das artes, pela incorporação de novos paradigmas do produtivismo que nos estão sendo impostos pelo Banco Mundial. Lembrou o Prof. Ianni que os acordos MEC/BIRD constituem a nova versão do antigo acordo MEC/USAID. Aos mais "céticos" recomendamos a leitura do artigo do professor Ibrahim Warde, da Universidade da Califórnia- Berkeley, "*l'université américaine vampirisée par les marchands*" (*Le Monde Diplomatique*, No 564 página 20 de março 2001),



onde o autor analisa a privatização das universidades públicas americanas pelos seus financiadores.

Sob ataque da mídia instrumentalizada pelos arautos do neoliberalismo, o serviço público, nele incluída a Educação de primeiro, segundo e terceiro graus, é desqualificado como ineficiente e responsável, inclusive, pela má situação econômica do país. No interior das universidades paulistas tentam hegemonizar o discurso do aumento do número de vagas dentro da lógica puramente aritmética de relação aluno/professor ou aluno/funcionário dissociado do aspecto mais relevante que é, ao nosso ver, aumento de vagas vinculado à preservação da qualidade de ensino e pesquisa. Este debate, reaberto durante a greve de 2000, teve grande receptividade na sociedade e repercussão na imprensa. Um dos elementos mais determinantes desta vitória política da greve foi a unidade entre os três segmentos da comunidade das universidades públicas

paulistas e as manifestações conjuntas com os demais servidores da Educação no Estado de São Paulo.

Neste ano nossos desafios serão defender a recuperação salarial já conquistada em 2000 e recuperar os patamares de 1995, continuar a defesa da universidade pública buscando mais verbas para a expansão do número de vagas e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de acesso. Teremos de ser firmes e barrar a precarização das condições de trabalho, exigindo a reposição dos funcionários docentes (redução de 10% no número de docentes

nos últimos 5 anos) e técnico administrativos. Precisamos discutir intensamente a questão previdenciária e abrir este debate entre o Fórum da Seis e o CRUESP. Além disto é de fundamental importância a real democratização das instâncias universitárias.

A situação econômico-financeira das três universidades hoje é muito mais favorável do que no ano 2000, constando-se um aumento do montante arrecadado de ICMS no primeiro trimestre de 19% em relação ao exercício anterior, além de, mais uma vez, termos arrecadação mensal de ICMS acima das previsões iniciais da Secretaria da Fazenda.

Estas condições favoráveis recomendam uma postura mais flexível do CRUESP na mesa de negociações, permitindo levá-las a bom termo, sem maiores traumas. Entretanto é preciso que todos estejam mobilizados e atentos no sentido de levar os reitores a adotarem uma postura de negociação.

**A expectativa de docentes com a campanha**

Página 3

**Coordenador do Fórum explica pauta**

Páginas 4 e 5

**Balanço da greve: vitória da determinação**

Páginas 6, 7 e 8

## CAMPANHA SALARIAL 2001

# CONQUISTAS DEPENDEM DA MOBILIZAÇÃO E DA UNIDADE

**D**epois de ter encerrado o ano 2000 com saldo extremamente positivo em relação aos ganhos financeiros, as universidades estaduais paulistas lançaram a Campanha Salarial de 2001 no último dia 25. A pauta de reivindicações foi encaminhada ao CRUESP na pessoa de seu secretário, Professor Raul Vinhas. A entrega foi precedida de ato público, envolvendo docentes e funcionários da Unicamp, USP, Unesp e do Centro Paula Souza, no pátio da reitoria (**ver na página 3**). As conquistas e o sucesso desse novo

desafio dependerão, mais uma vez, da mobilização, da persistência e da unidade entre os professores, os funcionários e os alunos.

A estruturação da Campanha vem sendo elaborada desde março pelo Fórum das Seis em conjunto com os DCEs. Uma das deliberações dos encontros de preparação foi reivindicar ao CRUESP a continuação das reuniões da Comissão de Acompanhamento do ICMS que, de acordo com o conselho dos reitores, se encerraram em fevereiro.

**CORREÇÃO SALARIAL DE 13,5% JÁ EM MAIO É PRINCIPAL REIVINDICAÇÃO FINANCEIRA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS**

A proposta de reajuste discutida pelo Fórum das Seis - aprovada em Assembléia Geral Extraordinária no Auditório da ADUNICAMP em 15/03 - prevê a reposição da inflação de 8,8% estimada pelo Dieese para o período de maio de 2000 a maio deste ano, o resíduo de 4,3% da Campanha Salarial/2000, além de reajustes mensais que repõem a inflação de 2001, totalizando índice de 13,5% de reajuste em maio. O pagamento do resíduo e a reposição da inflação deste ano levariam os salários nas universidades públicas paulistas aos níveis de 1995. De acordo com dados do Fórum das Seis os salários pagos atualmente por



O Prof. Adolpho Hengeltraub entrega pauta ao secretário do CRUESP, Prof. Raul Vinhas

essas instituições representam pouco mais de 30% dos pagos na década de 70.

A pauta de reivindicações, além da questão salarial, contempla também a necessidade de expansão do número de vagas nas universidades públicas paulistas. Se refere, ainda, aos gastos das universidades estaduais com a aposentadoria de seus servidores e com a assistência à saúde da população. A partir dessa compreensão o Fórum discute como ponto da Campanha a realização de atividades na Assembléia Legislativa para a conscientização dos deputados em relação às despesas acumuladas pelas universidades por conta da prestação de atendimento público à saúde da população.

Outros aspectos previstos para serem debatidos com os deputados se referem ao aumento de número de vagas e à criação de dotação suplementar, do Governo do Estado, aos orçamentos das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, para o pagamento dos pro-

ventos dos aposentados, mantendo-os nas folhas de pagamento das respectivas instituições.

A luta por melhores salários, entendem os integrantes do Fórum, passa mais uma vez pela defesa intransigente da universidade pública como centro de irradiação de ensino, de conhecimento e de cultura.

A contratação de professores e funcionários, por concurso público, para a reposição e para o atendimento da expansão do número de vagas, a ampliação e melhoria dos serviços dos restaurantes universitários (eliminando a terceirização), a democratização das estruturas decisórias das universidades e do Centro Paula Souza, o fim das contratações precárias, e o empenho para assegurar que a manutenção plena das universidades públicas seja responsabilidade do Estado e a gestão paritária entre as Administrações universidades e os respectivos estudantes das moradias estudantis, compõem também a pauta entregue ao CRUESP.

## EXPEDIENTE

### DIRETORIA:

FRANCISCO DE A. M. REIS, PRESIDENTE;  
ITAMAR FERREIRA, 1º VICE-PRESIDENTE;  
MARCOS NOBRE, 2º VICE-PRESIDENTE;  
TÂNIA MARIA ALKIMIN, 1º SECRETÁRIO;  
JOSÉ VITÓRIO ZAGO, 2º SECRETÁRIO;  
ADOLPHO HENGELTRAUB, 1º TESOUREIRO;  
MARIA APARECIDA AFFONSO MOYSÉS, 2º TESOUREIRO;  
NELSON RODRIGUES DOS SANTOS, DIRETOR ADMINISTRATIVO;  
JOSÉ ROBERTO ZAN, DIRETOR DE IMPRENSA;  
VALÉRIO JOSÉ ARANTES, DIRETOR CULTURAL.

### ADUNICAMP - ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP

RUA ÉRICO VERÍSSIMO 1.479 -  
CIDADE UNIVERSITÁRIA "ZEFERINO VAZ"  
CAMPINAS - CEP 13091-970  
TEL./FAX (19) 3289-1148 / 3289-5229 / 3788-7752 / 3788-7173  
HTTP://WWW.ADUNICAMP.ORG.BR

### JORNAL ADUNICAMP - MAIO 2001

EDIÇÃO: MARIA DO CARMO PAGANI;  
FOTOS: HELTON S. DA SILVA, GILSON REI E ANTONINHO PERRI;  
DISTRIBUIÇÃO: ROBERTO MUNHOZ E OZÉIAS RIBEIRO QUEIROZ.

TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES.  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

O JORNAL ADUNICAMP É UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, DESTINADO AOS ASSOCIADOS. OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE O PENSAMENTO DA DIRETORIA DA ENTIDADE E SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

ESSA EDIÇÃO FOI FECHADA NA REDAÇÃO NO DIA 3 DE MAIO DE 2001

## CAMPANHA SALARIAL 2001

# PAUTA ÚNICA REVELA EVOLUÇÃO DE QUALIDADE DA LUTA NAS UNIVERSIDADES



O ato que marcou o lançamento da Campanha Salarial de 2001 levou para o pátio da reitoria da Unicamp, no último dia 25, pelo menos 300 pessoas, entre elas, docentes, funcionários e estudantes das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza. A pauta de reivindicações elaborada pelo Fórum das Seis foi entregue ao secretário do CRUESP e assessor da reitoria da Unicamp, Raul Vinhas. Juntamente à pauta, e endereçada ao Professor Hermano Tavares, presidente da CRUESP, foi anexada uma carta na qual o Fórum reivindica o agendamento de uma reunião com o CRUESP, para início das negociações, o mais breve possível.

A pauta, como destaca o Professor Adolpho Hengeltraub, coordenador do Fórum das Seis e diretor da ADUNICAMP, propõe a adoção de uma política salarial articulada com a defesa da universidade pública. "Não só os salários têm de ser dignos. A luta passa também

## FÓRUM DAS SEIS REIVINDICA AO CRUESP RÁPIDO INÍCIO DAS NEGOCIAÇÕES

pela defesa de melhor condição de financiamento para as universidades expandirem o número de vagas, pela melhoria do ensino e pela contratação de funcionários e docentes para que se possa atender, pelo menos minimamente, as demandas atuais", enfatiza.

A unidade demonstrada pelas categorias no lançamento da Campanha e a elaboração de uma pauta única, ressalta o Professor Francisco Reis, presidente da ADUNICAMP, demonstra uma evolução de qualidade em relação às campanhas salariais anteriores. Os avanços obtidos em especial na mobilização do ano passado, segundo Reis, não podem ser perdidos.

E, por isso, a continuidade dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento do ICMS, é ponto de honra e deve ser

defendida pelo conjunto das categorias. As condições para a concessão do reajuste de 13,5% já a partir de maio, assinala o

Professor, são mais favoráveis neste ano. "Temos de evitar que a inflação corroa nossos salários. Por isso é fundamental levarmos para cada setor das universidades a discussão da necessidade da luta e da unidade", ressalta.

Lembrando que a luta não se restringe à questão salarial, o presidente da ADUNICAMP destacou durante o ato a importância da busca pela democratização das decisões no interior das universidades e pelo fim da postura conservadora tanto no trato com os trabalhadores (alguns deles punidos e perseguidos desde a greve do ano passado) quanto com os estudantes. Outro ponto defendido pelo Professor foi a necessidade de, neste ano, diferentemente do que ocorreu em 2000, o reajuste ser estendido também aos trabalhadores da Funcamp e do Centro Paula Souza.

## DOCENTES DEFENDEM PRESERVAÇÃO DO DIÁLOGO

A mobilização, protagonizada por professores, funcionários e alunos durante a Campanha de 2000, acreditam alguns docentes da Unicamp ouvidos pelo Jornal ADUNICAMP, poderá mudar a história da negociação neste ano. A expectativa é de que o Cruesp, desta vez, tenha comportamento diferente do assumido no ano passado e, assim, contribua para o encaminhamento da questão sem impasse. Desse modo, estimam, a conquista de acordo poderá ser alcançada já nas reuniões de negociação entre os representantes das universidades e os das entidades representativas de docentes e de funcionários.

O ponto chave desta questão, salienta o Professor Ricardo Antunes, do IFCH, é a manutenção da política salarial. O professor lembra, também, que o crescimento econômico verificado no último ano confirma a

expectativa do movimento e aponta para preservação das conquistas de modo a que o saldo obtido na campanha do ano passado não se perca. "A luta pela dignidade salarial de docentes e funcionários é a luta em favor universidade pública", destaca Antunes.

"A greve vitoriosa de 2000 criou nova correlação de forças. Pode ser que, por conta disso, na próxima Campanha obtenhamos o que queremos com menos sacrifícios. Mas temos de nos preparar para uma campanha de luta", assinala o Professor Armando Boito Jr., do IFCH. O Professor observa, porém, que os salários nas universidades ainda estão defasados. A preservação do diálogo com as entidades representativas dos docentes e dos funcionários, pelos dos integrantes do CRUESP, também faz parte da expectativa do Professor Luiz Antonio Viotto, da Faculdade de Engenharia de Alimentos, em rela-

ção à Campanha Salarial de 2001. Viotto diz esperar "que os integrantes do CRUESP lembrem-se que, apesar de dirigentes, são também professores. "Eles terão de ter tranquilidade para negociar tendo como referência a última Campanha", destaca o professor.

O acréscimo de confiança no movimento docente por parte dos próprios docentes gerado a partir da mobilização durante a Campanha do ano passado, acredita o Professor Rafael Santos Mendes, da Faculdade de Engenharia Elétrica, poderá contribuir para resultados positivos também neste ano. "O Cruesp certamente não cometerá ações equivocadas como no ano passado, por conta da resposta dada por professores e funcionários e, além disso, no caso de arrecadação do ICMS sinalizar a existência de recursos suficientes para a concessão das reivindicações", afirma o professor.



Prof. Armando Boito Jr.

### A EXPECTATIVA RESUMIDA EM FRASES

"Temos de nos preparar para uma campanha de luta"  
Armando Boito, IFCH

"A questão chave é a manutenção da política salarial"  
Ricardo Antunes, IFCH

"Os integrantes do CRUESP devem se lembrar que, apesar de dirigentes, são também professores"  
Luiz Antonio Viotto, FEA

"É fundamental que o CRUESP evite ações equivocadas na forma de tratar a questão salarial"  
Rafael Santos Mendes, Engenharia Elétrica

"Espero que tudo se resolva em primeira instância, nas reuniões de negociação"  
Maria Ângela Fagnani, Feagri

"Temos de estar atentos para o sucesso da negociação"  
Asit Choudhuri, Instituto de Geociências

# COORDENADOR DO F

**D**ocentes e funcionários das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza iniciam de modo unificado neste ano a Campanha Salarial de 2001. A pauta de reivindicações desta vez é mais extensa que a da Campanha do ano passado e contempla, além da reivindicação salarial, maior democracia na tomada de decisões, a melhoria na qualidade dos serviços, o empenho para assegurar que a manutenção plena das universidades públicas paulistas seja responsabilidade do Estado, aumento de vagas e, entre outros, o fim das contratações precárias. Coordenador do Fórum das Seis e diretor da ADUNICAMP, o professor Adolpho Hengeltraub, explica, em entrevista ao Jornal ADUNICAMP, a estruturação da Campanha Salarial deste ano, sobre como se chegou ao índice de 13,5% de reajuste reivindicado já para o mês de maio e sobre as relações entre o Fórum das Seis e o CRUESP desde a greve passada.

**Como está sendo elaborada a Campanha Salarial de 2001?**

A Campanha Salarial deste ano começou a ser discutida pelo Fórum das Seis praticamente no mês de março passado. A razão deste atraso se deu por conta do último reajuste da data-base 2000, que foi pago em fevereiro passado. A partir daí, levando em conta projeções da inflação até maio e da arrecadação de ICMS, começou-se a discutir um índice de reajuste e a definição de uma política salarial para as categorias.

**Como se chegou ao índice de 13,5% de reajuste reivindicado na pauta dos docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas?**

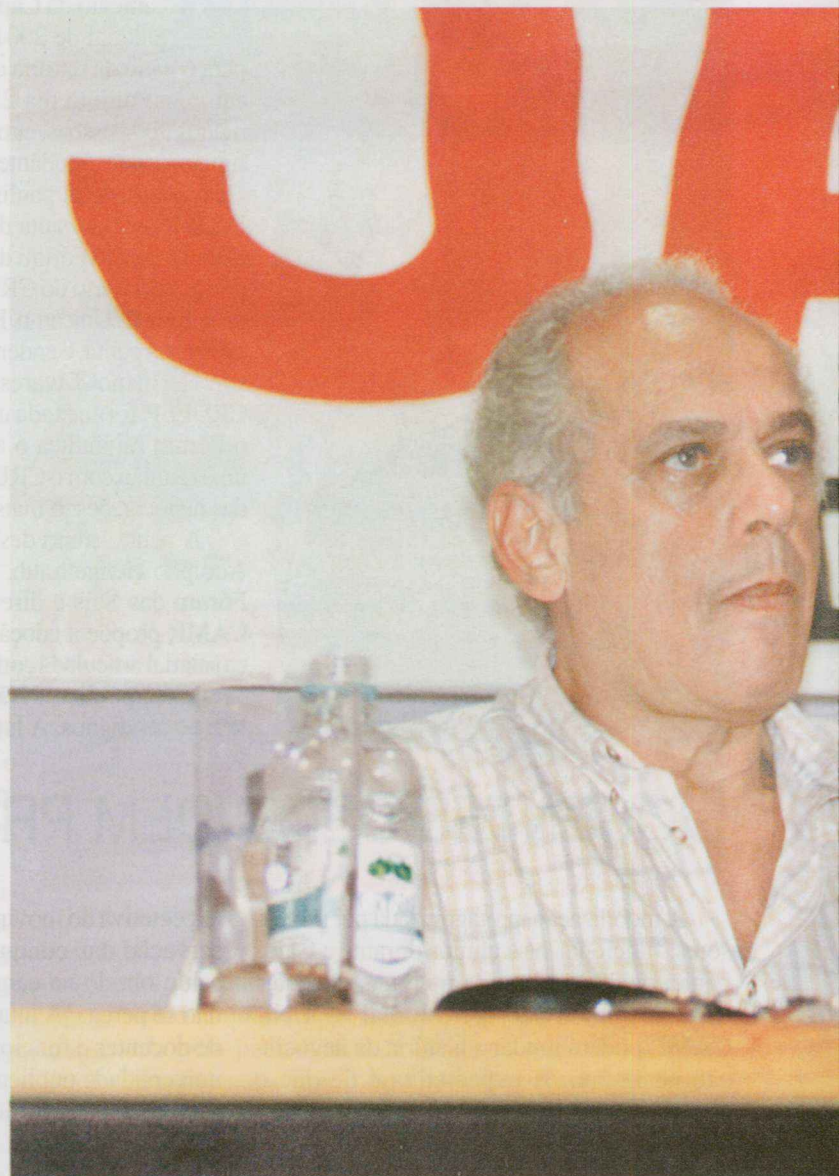
O índice de 13,5% foi obtido utilizando-se uma projeção do percentual de inflação de maio de 2000 a maio de 2001, composto com a perda salarial de maio de 1995 a maio de 2000.

**A manutenção da política salarial, um dos pontos da pauta de reivindicação, pode ser considerada como conquista assegurada nesta Campanha?**

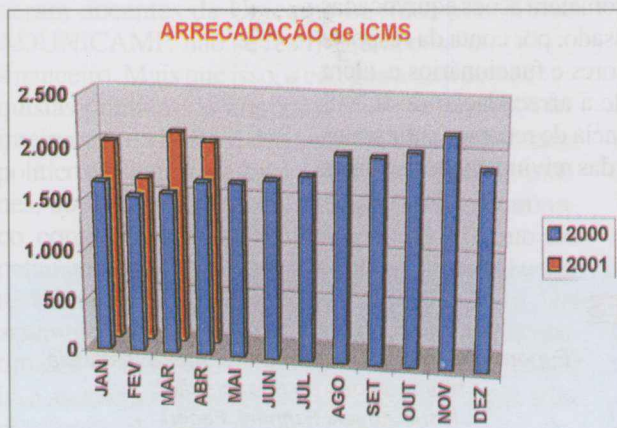
Não. A política salarial acordada para a data-base 2000 esgotou-se em fevereiro passado. A meu ver, a análise da fórmula utilizada permite discutir com o CRUESP contornos de uma política de longo prazo, que não só reponha perdas futuras devido à inflação, como também ganhos salariais.

**Os dados sobre arrecadação e projeção de recebimento do ICMS e as informações sobre o nível de comprometimento do orçamento das universidades estaduais paulistas estão sendo disponibilizados ao Fórum das Seis?**

Não com a agilidade desejável. Por exemplo, a folha salarial de março e a previsão de ICMS para



O Prof. Adolpho Hengeltraub: "Dados indicam ser perfeitamente poss



abril são conhecidas pelas reitorias e necessárias para a elaboração das folhas de pagamento que são fechadas para o pagamento de abril, no fim de março. Mesmo contando dez dias corridos para eventuais acertos, seria razoável que, entre 10 e 15 de abril, o CRUESP nos encaminhasse as planilhas, necessárias para o debate das reivindicações salariais.

**A política salarial acordada para a data-base 2000 esgotou-se em fevereiro passado**

Até hoje (24 de abril) não recebemos as planilhas. Quanto ao ICMS, especificamente, obtivemos dados de arrecadação na homepage da Unesp. As administrações das outras duas universi-

SALARIAL 2001

# FÓRUM DETALHA PAUTA



vel o pagamento do reajuste que reivindicamos, de 13,5%, já em maio”

dades só disponibilizam estes dados através das planilhas.

## E o que indicam estes dados?

Os dados que dispomos no momento nos indicam ser perfeitamente possível o reajuste que reivindicamos, de 13,5% em maio. Queremos também a volta da Comissão de Acompanhamento para, mês a mês, examinar a evolução da arrecadação do ICMS e da inflação para definirmos reajustes adicionais que compensem as perdas mensais decorrentes da variação da inflação e até representem aumento salarial.

O CRUESP considerava encerrados em fevereiro os trabalhos da Comissão de Acompanhamento do ICMS e o Fórum, já naquela

ocasião, reivindicava a continuidade deste trabalho. Não se chegou, então, a nenhum acordo?

Especificamente quanto à volta das reuniões mensais da Comissão de Acompanhamento, que foram profícuas e sempre ocorreram em clima de cooperação, ainda não há acordo. O Fórum das Seis solicitou ao CRUESP a retomada das reuniões, mas o Conselho de Reitores remeteu a discussão para as futuras reuniões da data-base 2001.

**Como tem sido o relacionamento entre o Fórum e o CRUESP desde a greve passada?**

Desde o final da greve passada o Fórum e o CRUESP reuniram-se algumas vezes até meados de julho na tentativa de chegar-se a um acordo que selasse princípios de convivência pós-greve. Não se chegou a acordo sobre os princípios apresentados pelos dois lados. Ficou-se de assinar uma ata que arrolasse os princípios, onde estariam indicados aqueles que foram acordados e os sobre os quais não se havia chegado a consenso. Porém, de meados de julho até agora o Fórum das Seis não mais se reuniu com o CRUESP e, também, a ata não foi assinada. No início deste mês assumiu a presidência do CRUESP o Professor Hermano Tavares, e a palavra está com ele. Após ter protocolado a pauta de reivindicações no último dia 25, esperamos dele a iniciativa de agendar reunião com o Fórum das Seis.

**A pauta de reivindicação, a exemplo do que ocorreu na campanha passada, é enxuta e prioriza as principais preocupações das categorias?**

A pauta desta Campanha é mais extensa que a de 2000. O Fórum das Seis tem se reunido nos últimos dois meses com a presença de representantes dos DCEs.

Tem sido analisada a necessidade imperiosa, dada a gravidade do momento, da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. O governo federal persiste em implementar políticas que visam fragilizar o serviço público, inclusive os vínculos de trabalho dos servidores das universidades, incluindo aí os docentes. Pelo regime celetista é mais fácil calar as vozes dos que discordam das políticas oficiais, e a crítica independente fica seriamente ameaçada. Há também que se considerar que o número de vagas nas universidades públicas, especialmente no Estado de São Paulo, é muito pequeno. Estas questões, que têm incidência nas relações de trabalho e no financiamento das universidades, estão contempladas na pauta de reivindicações da data-base.

**Quais as principais bandeiras de luta da campanha deste ano?**

Além do reajuste de 13,5% em maio e da definição de uma política salarial para as categorias, alguns dos pontos principais da pauta são: contratação de servidores, inclusive docentes, para repor claros deixados por aposentadorias ou demissões, a busca de recursos adicionais que permitam a expansão do número de vagas nas três universidades estaduais paulistas, a ampliação e melhoria dos serviços nos restaurantes universitários (com o fim da terceirização), a democratização das estruturas decisórias tanto das três universidades quanto do Centro Paula Souza, o fim das contratações precárias e, entre outras, a co-gestão paritária entre as administrações das universidades e os respectivos estudantes das moradias estudantis.

**O Fórum das Seis pensa no planejamento de ações que envolvam outros setores da sociedade ou seus representantes, com os deputados, por exemplo?**

Com a participação dos estudantes o Fórum promoverá ações junto à Assembleia Legislativa para sensibilizar os deputados no sentido de ampliar o repasse de recursos adicionais aos do ICMS para, por exemplo, cobrir despesas com a folha de pagamento dos aposentados e o atendimento à saúde pública e,

ainda, para a questão urgente do aumento de vagas nas universidades públicas paulistas. Este aumento demanda a adequação do corpo de servidores, o que implica gastos adicionais com pessoal.

*“Pelo regime celetista é mais fácil calar as vozes dos que discordam das políticas oficiais”*

## BALANÇO DA GREVE 2000



## Os 53 DIAS QUE MUDARAM A HISTÓRIA DA NEGOCIAÇÃO

**F**oram 53 dias de resistência, de determinação, de mobilização e, sobretudo, de unidade entre professores, funcionários e alunos das universidades públicas paulistas. A Campanha Salarial/2000 culminou com a conquista de uma vitória histórica frente à posição intransigente do CRUESP e marcou também o final de uma fase de refluxo no movimento docente que vinha ocorrendo desde os anos 90 e na qual professores e funcionários dessas instituições de ensino viam encerrarem-se as campanhas salariais sem ganhos significativos.

A resistência, o poder de luta das categorias e sua unidade, demonstrados durante a greve de quase dois meses realizada no ano passado foram determinantes para a alteração da proposta de reajuste apresentada pelo CRUESP, de 7% para 24,5%, num salto expressivo de 17,5 pontos percentuais. Isso tudo depois de o Conselho ter insistido durante boa parte do tempo em que durou o impasse que os 7% eram o limite máximo suportado pelas instituições.

A vitória fomentada pela greve de 2000, consideram docentes da Unicamp ouvidos pelo Jornal ADUNICAMP, não se restringiu apenas ao campo financeiro. Mais que isso, a categoria acumulou conquistas políticas de importância relevante. "Ela foi inteiramente vitoriosa do ponto de vista econômico, político e cultural", destaca o Professor Ricardo Antunes, do IFCH, para quem, além do ganho econômico, com a conquista de reajuste salarial próximo aos patamares exigidos pelas categorias, a mobilização teve saldo organizacional altamente positivo. "As assembleias tiveram sentido plebiscitário, foram constituídos fóruns envolvendo também os alunos e tudo isso mexeu com a relativa desmobilização que atingia parcela do corpo docente", avalia.

As ações decorrentes do movimento, lembra o Professor Armando Boito Jr., do IFCH, fizeram com que ele se integrasse à luta política mais geral

contra o neoliberalismo, responsável pelo dismantelamento das universidades públicas e cujo objetivo, no campo da Educação, é extinguir o ensino gratuito como propõe o FMI, e transformar as universidades em empresas que, seguindo a regra do capital, sejam capazes de gerar lucro.

A firmeza e a determinação do movimento, entende o professor, ficaram evidenciadas nas passeatas e nos atos públicos realizados em conjunto com trabalhadores de outras categorias em greve, e na coragem com a qual docentes e servidores das universidades públicas paulistas enfrentaram a ação repressiva do Governo Covas. "Organizamos uma das maiores passeatas que ocorreram na cidade de São Paulo nos últimos anos", destaca o professor. Em seu balanço sobre o movimento, aponta a greve como fator fundamental para a obtenção das conquistas. "Ela obrigou o CRUESP a retomar as negociações quando os reitores já as davam por encerradas", comenta.

### Exemplo de organização

Os docentes e funcionários das universidades, na opinião do Professor Luiz Antonio Viotto, da Faculdade de Engenharia de Alimentos, deram ao Conselho de Reitores um exemplo de organização e de luta. "A greve forçou os reitores a manter o diálogo com a categoria. E isso fez com que depois de muitos anos tivéssemos um reajuste razoável, próximo do que era reivindicado", avalia. O movimento, que por conta de sua força fez com que a imprensa tivesse de voltar a atenção para sua cobertura, alterou a relação vivenciada a cada Campanha Salarial dos últimos anos: a de aceitar os argumentos do Cruesp de que não havia recursos suficientes para atender as reivindicações salariais propostas.

Professora na Feagri, Maria Ângela Fagna-



ni acredita que as conquistas seguramente não teriam sido obtidas caso os professores não tivessem optado pela paralisação. "Considero a greve o último instrumento de uma luta. Mas naquele momento ela foi inevitável. As categorias não estavam sendo respeitadas nas negociações com o CRUESP", avalia. No ponto de vista da professora, "não só os docentes e funcionários como também as universidades ganharam com a paralisação que mostrou a força da categoria".

O ganho de qualidade para as universidades estaduais paulistas, além da recuperação de perdas salariais, é também apontado pelo Professor Asit Choudhuri, do Instituto de Geociências, como saldo positivo da paralisação. "A força do movimento era demonstrada a cada dia com a crescente participação dos docentes nas Assembleias. A partir da vitória, o professor passou a sentir que seu esforço havia sido recompensado", considera.

O fortalecimento da auto-estima é apontado também pelo Professor Armando Boito Jr., como resultado da mobilização de docentes e de funcionários na Campanha Salarial/2000. Para o professor, "ela contribuiu para melhorar o ambiente no campus". Avaliando este aspecto da luta, Maria Ângela considera que, a partir da conquista das reivindicações por meio da paralisação, os docentes passaram a sentirem-se personagens ativos na vida da universidade.

## BALANÇO DA GREVE 2000

## Artigo

# UMA GREVE MEMORÁVEL

**O** marasmo, o desalento e a falta de perspectivas que têm reinado nas universidades públicas paulistas nos últimos anos não deixavam suspeitar a força da greve que começou no dia 25 de abril e terminou no dia 15 de junho.

A greve se iniciou com dois objetivos claros, internamente vinculados: a reivindicação salarial não se separou em momento algum da luta contra o desmantelamento da universidade pública. Este se revela não só nos salários ridículos, mas também na falta de condições de trabalho, na imposição de avaliações quantitativas mercantilistas, na transformação dos professores em captadores de recursos financeiros, na privatização branca por meio das fundações (da qual a Faculdade de Economia e Administração da USP é o exemplo mais candente), na progressiva cobrança de mensalidades e taxas, na valorização de um produtivismo vazio visando somente melhorar as estatísticas para satisfazer organismos financeiros internacionais.

A consequência disso tudo é o exacerbamento dos procedimentos burocráticos que roubam o espaço da reflexão. Esta, como sabemos, não se dobra ao giro vertiginoso do capital financeiro que hoje domina toda a vida social, mas, ao contrário, requer tempo para o amadurecimento das idéias, exatamente o que a universidade atual está querendo impedir.

Embora os ganhos econômicos alcançados com a greve não tenham correspondido às reivindicações, ainda assim representam um avanço significativo em relação aos anos anteriores. Outra conquista importante foi a de uma política salarial que prevê reajustes periódicos conforme a arrecadação do ICMS.

Entretanto o grande saldo positivo da greve, reconhecido por todos os que participaram do movimento, foi a redescoberta do agir político. No lugar de resmungos, de reclamações mal-humoradas pelos corredores, assembléias lotadas, atos públicos e manifestações de rua revelaram todo um potencial de luta inesperado. Nenhuma análise poderá eliminar este elemento de surpresa, mas, olhando-se retrospectivamente é difícil não notar a relação com um descontentamento mais geral que eclodiu por ocasião da repressão contra as manifestações populares, particularmente dos índios e do MST.

Fica cada vez mais claro que a repressão aos índios em Porto Seguro representou um ponto de inflexão na trajetória do governo FHC que se viu reduzido a tratar as reivindicações sociais como caso de polícia, sob pena de perder o controle da políti-



Faixa no HC anuncia paralisação na Unicamp (foto acima) e alunos da USP durante manifestação em apoio à greve

ca de subordinação aos órgãos financeiros internacionais. O movimento grevista em São Paulo não fugiu à regra e foi violentamente reprimido na manifestação conjunta com os trabalhadores do setor público estadual e federal no dia 18 de maio, na Avenida Paulista.

Em comparação com as greves anteriores, uma das características distintivas desta foi a unidade conseguida entre as três categorias. Com habilidade e respeito mútuo, professores, funcionários e estudantes souberam lidar com as inevitáveis divergências, mantendo-se unidos na ação, o que muito contribuiu para o vigor que o movimento adquiriu.

Outra faceta também de certo modo surpreendente foi o papel catalisador da Internet que, a exemplo do que ocorreu em Seattle durante a reunião da OMC em dezembro do ano passado, facilitou bastante as tarefas organizativas, a troca de idéias, a crítica às deturpações veiculadas pela mídia, mostrando assim a possibilidade de fazer os avanços tecnológicos se voltarem contra o espírito mercantil que os promove.

Aliás, foi justamente a virtude da força do movimento que a grande imprensa paulista acabou sendo obrigada a adotar uma atitude menos preconceituosa

em relação às universidades públicas e aos seus profissionais. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicou dois suplementos sobre o tema, permitindo que os próprios professores expusessem suas idéias a respeito da crise da universidade, em vez de simplesmente adotar a atitude preguiçosa de repetir o velho chavão dos marajás improdutivos. O reflexo disso junto à opinião pública foi uma melhora de nossa imagem, contrabalançando a tendência das greves salariais serem vistas como meramente corporativas.

A avaliação de uma greve não se encerra no período de sua duração. Nisto se baseou o Prof. Antônio Cândido ao afirmar, em seu depoimento da histórica sessão do dia 12 de junho, que "toda greve é vitoriosa". Sendo apenas uma batalha na luta em defesa da universidade pública, há que se estimar seu impacto no movimento mais amplo em que ela se insere. O que se tem visto neste período pós-greve indica um nítido fortalecimento. Registre-se de início a seriedade com que foi conduzida a reposição de aulas por parte tanto dos professores quanto dos alunos, numa clara demonstração de compromisso com a qualidade de ensino.

Mais importante ainda, sente-se que, embora de forma diferente, o espírito combativo da greve con-

tinua vivo, agora nos inúmeros fóruns de discussão gestados durante sua vigência, envolvendo as três categorias. Há todo um planejamento sendo desenvolvido, uma rearticulação de forças dirigida contra a reforma neoliberal que nos vem sufocando.

Tudo isto alimenta a esperança de que, além das conquistas já consolidadas, a greve do ano 2000 venha a se tornar um marco na história das universidades públicas paulistas, o ponto de inflexão a partir do qual se começou não somente a reverter o avanço da reforma neoliberal, mas também a definir nossas próprias diretrizes para a construção das universidades públicas que queremos. Nas palavras do Prof. Roberto Salmeron, "universidades como centros de ensino e criação intelectual nos mais variados domínios, artes, letras, ciências humanas e ciências naturais e exatas, lugar de germinação da cultura e da identidade de um povo" (*Mais! Folha de S. Paulo*, 26/03/00).

**Isabel Maria Loureiro**  
(Prof<sup>a</sup> da Unesp/Campus Marília)

**Marcos Barbosa de Oliveira**  
(Prof. da USP/Faculdade de Educação)

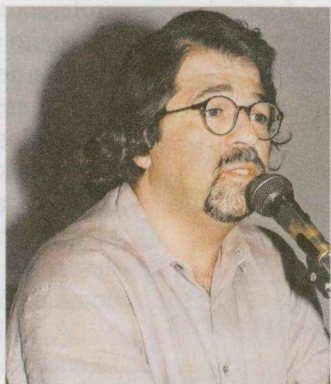
## BALANÇO DA GREVE 2000

# EXEMPLO DE LUTA POR SALÁRIO E PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA

**A** campanha salarial dos docentes e funcionários das universidades públicas paulistas no ano passado serviu de exemplo positivo capaz de possibilitar ganho salarial em um momento em que o governo aplicava fortemente seu receituário pelo qual os recursos arrecadados seguem para o pagamento das dívidas interna e externa e, com isso mantêm, a política de arrocho sobre o funcionalismo. As ações decorrentes da Campanha e que culminaram com a vitória, destaca o Professor Ricardo Antunes, do IFCH, foram importantes para impulsionar outros movimentos reivindicatórios. "Além da recuperação parcial, mas real, dos salários, o movimento inseriu-se em um momento de luta do funcionalismo e teve papel político importante", diz..

Protagonizada por docentes e funcionários, e apoiada por estudantes das três instituições públicas paulistas, a greve se transformou também em marco na defesa do ensino superior gratuito e de qualidade. Foi por intermédio do movimento que, pela primeira vez, a Assembléia Legislativa de São Paulo instituiu uma Comissão Especial para acompanhar as negociações, demonstrando com a iniciativa que a mobilização havia ultrapassado os *campi*. A aprovação posterior de emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, que permite a suplementação de recursos às universidades paulistas em quesitos como precatórios, hospitais e aposentadorias foi decorrente da aproximação com a Assembléia Legislativa.

Também pode ser creditada com segurança à paralisação o fim da tentativa do CRUESP de barrar tanto a isonomia salarial entre as universidades quanto a parida



Prof. Ricardo Antunes



Prof. Rafael Santos Mendes

de entre os servidores ativos e os aposentados. A mobilização, enfim, desenhou um novo cenário nas universidades e conseguiu atrair a simpatia da opinião pública e, com isso, a merecer espaço expressivo de cobertura na imprensa. "Um dos seus saldos mais expressivos foi ter dado publicidade à luta pela universidade pública contra a nefasta campanha da mídia pelo desmantelamento das instituições gratuitas", destaca o Professor Ricardo Antunes.

Antunes considera que a mobilização fortaleceu o espírito de unidade dos docentes em torno de sua entidade sindical, a ADUNICAMP. "O movimento foi conduzido com lisura e clareza. As entidades, a cada momento, demonstravam a capacidade de 'enxergar adiante'. Elas estavam, além disso, muito bem assessoradas em relação ao conhecimento dos números relativos ao ICMS", diz a Professora Maria Ângela Fagnani, da Feagri.

A determinação com qual o movimento foi conduzido na Unicamp é destacada também pelo Professor Armando Boito Jr., do IFCH. "A direção, de modo firme e corajoso, não desistiu da luta frente ao primeiro não do CRUESP, contrastando com a atitude mais habitual das direções do movimento docente nos últimos anos. Sua ação contribuiu muito para a vitória", assinala. Todas as questões relativas à greve, considera o Professor Luiz Antonio Viotto, da FEA, "foram encaminhadas de modo corajoso e correto por parte da direção da entidade". Na avaliação do Professor Rafael Santos Mendes, da Engenharia Elétrica, "a entidade soube dar direção ao movimento".

## Não à política educacional predatória

A luta por melhores salários nas universidades públicas, mais que embate, significa a defesa dessas universidades. A partir desta tese o Professor Octávio Ianni alerta para a "política educacional predatória" e para o "processo de canibalização" das universidades conduzido pelo governo e por setores da sociedade interessados na transformação desses centros de ensino e de pesquisas em uma espécie de empresa para a qual seguem os investimentos voltados para a geração de lucros.

O papel da universidade, destaca o professor, não pode ser este. "Ela tem significado excepcional na dinâmica da sociedade, prepara técnicos e discute idéias das diferentes correntes do pensamento no campo da Ciência, da Filosofia e das Artes", lembra Ianni. Para que cumpra de forma plena estes objetivos que são, por fim, sua essência, a universidade carece de base institucional.

Como agentes ativos no cumprimento do papel destacado às universidades, seus docentes e funcionários precisam ser bem remunerados. "O salário deve permitir ao professor que se dedique exclusivamente ao ensino e à pesquisa, fundamentais nas universidades", assinala. Também os funcionários, considera o professor, são parte de um conjunto que compõe esses centros de ensino e, conseqüentemente, merecem remuneração capaz de garantir sua dedicação ao trabalho.

O empobrecimento drástico da população a partir de políticas equivocadas e artimanhas dos dirigentes do país é notório, lembra Ianni. Mas em relação às universidades, assinala, vale ressaltar a missão diferenciada de ensino e desenvolvimento de pesquisas. "A verdadeira universidade pública é aquela na qual o compromisso com o ensino e a pesquisa é fundamental e os professores, dedicados em tempo integral às suas atividades", destaca lembrando que essa dedicação deve estar subsidiada por remuneração compatível e que lhes permita, pelo menos, recursos para a compra de livros e publicações necessárias para a expansão do conhecimento, atualização e aperfeiçoamento de suas atividades.

Na avaliação do professor há equívoco dos governantes, sempre dispostos a acertar às pressas a vinda de recursos financeiros em geral por instituições internacionais para a aquisição de, por exemplo, equipamentos muitas vezes sofisticados sem considerar que os professores que se utilizarão desses equipamentos precisam de salário compatível com a dedicação exclusiva.

### O BALANÇO RESUMIDO EM FRASES

*"A greve foi inteiramente vitoriosa tanto do ponto de vista econômico quanto no político e no cultural. Ela deu publicidade à luta em defesa da universidade pública"*  
Ricardo Antunes, IFCH

*"O poder de força da categoria ficou evidenciado a cada dia durante o movimento de resistência"*  
Asit Choudhuri, Instituto de Geociências

*"A greve fortaleceu a auto-estima dos professores e funcionários e melhorou o ambiente no campus"*  
Ricardo Antunes, IFCH

*"A categoria não estava sendo respeitada nas negociações com o CRUESP e a greve foi inevitável"*  
Maria Ângela Fagnani, Feagri

*"A greve foi fundamental, já que não houve outra opção dada à dificuldade de diálogo"*  
Luiz Antonio Viotto, FEA

*"Ela contribuiu para o crescimento da confiança no movimento docente por parte dos próprios docentes"*  
Rafael Santos Mendes, Engenharia Elétrica